

Ação política já

Já passa da hora o exercício de vigorosa ofensiva diplomática para levar à prática diversas propostas em curso tendentes a reduzir os estoques da dívida externa dos países do Terceiro Mundo. Desde que o Secretário do Tesouro americano reconheceu a essência política do problema, para efeito de colocar em debate o chamado **Plano Brady**, a alternativa econômica deixou de ser a via exclusiva para resolvê-lo. Agora, é indispensável conceder ao diálogo entre credores e devedores o tom mais amplo de uma questão a ser resolvida pela intervenção estimulante dos governos interessados.

Há poucos dias, reunidas em Berna, as dez maiores sociedades industrializadas do Ocidente, à frente os Estados Unidos, decidiram pela necessidade de integração do Fundo Monetário Internacional com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. É uma iniciativa destinada a tornar harmônicas e convergentes as ações das duas maiores agências do sistema oficial, com vistas a um socorro eficaz às nações endividadas. Distingue-se aí um provimento de evidente conteúdo político, porque a interação do Bird e do FMI respaldou-se na idéia de uma reordenação operativa capaz de produzir a queda nos estoques da dívida, única forma de tirar do atoleiro os países em dificuldades e, até mesmo, de evitar inadimplência letal para o funcionamento do sistema financeiro. Também verifica-se na mudança renúncia implícita à ortodoxia das políticas pretensamente estabilizadoras do FMI.

Cabe agora às nações terceiro-mundistas reagirem aos estímulos suscitados pela reunião de Berna, mediante utilização de

instrumentos políticos capazes de avivarem, na consciência dos governos postos no monitoramento do crédito internacional, a urgência na execução das medidas preconizadas. O Brasil se prepara para desencadear operação crítica em defesa de suas reservas cambiais, por meio da suspensão do pagamento da dívida enquanto não ingressar no País recursos novos do FMI e dos bancos credores. O próprio ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, admite francamente a hipótese, por reconhecer que o comprometimento de tais reservas, historicamente causa do desate da hiperinflação, ocorreria na constância do resgate da dívida sem a contrapartida de recursos adicionais externos.

Pôr a questão sobre os trilhos do tratamento político é igualmente fundamental para que o Bird coloque à disposição dos programas de desenvolvimento nas nações endividadas 25 por cento de suas disponibilidades creditícias. Como se sabe, a organização concluiu que os saques sobre a economia dos devedores proporcionam graves riscos à estabilidade política interna, tal como os acontecimentos na Venezuela e na Argentina estão a demonstrar. Também reconheceu que a liberação de recursos naquele percentual, na medida em que ative os mecanismos do desenvolvimento, repercutirá de modo favorável sobre o equilíbrio das relações financeiras mundiais.

Não há, pois, circunstância mais oportuna para o adensamento das gestões políticas, na linha dos próprios objetivos definidos pelos maiores interessados, tendo em vista a busca de uma solução duradoura para a candente questão da dívida externa.